

AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NO CURRÍCULO DA ESCOLA

Hemanuelle Di Lara Siqueira Jacob
Anegleyce Teodoro Rodrigues
José Luiz Cirqueira Falcão

RESUMO

Esse estudo analisa relações étnico-raciais e de gênero na escola a partir da Educação Física. Por meio de estudo de caso realizado numa escola de Goiânia-GO, foi possível identificar que, embora inexistam orientações formais sobre o tema, foram verificadas algumas iniciativas pontuais que tematizam o preconceito racial e questões de gênero com os alunos.

PALAVRAS CHAVE: Educação Étnico-racial; Gênero; Educação Física.

1. PROBLEMATIZAÇÕES ACERCA DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NO BRASIL

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2011) revela que ainda existe uma barreira invisível entre a igualdade de direitos e oportunidades na sociedade brasileira. Os dados são alarmantes, sendo que em diversos ambientes sociais há diferenças salariais, baixo nível de escolaridade, péssima qualidade de vida, dentre outros dados que expressam as disparidades sociais e regionais. A escola não pode ficar fora desta discussão, principalmente pelo seu potencial formador. Estas formas de discriminação e preconceito corroboram para a evasão escolar, o baixo rendimento e problemas de aceitação por parte de alunos e alunas negros.

Nota-se que significativa parte dos alunos de escolas públicas é de origem negra. O problema é que mesmo com tantos dados que representam as desigualdades sofridas pela população negra, ainda percebemos o silêncio da escola perante essa questão. Com o intuito de tentar desvelar este problema, essa investigação teve como objetivo geral, identificar e compreender os desafios e as ações de superação em relação às barreiras étnico/raciais e de gênero no currículo da Escola Municipal de Tempo Integral Professora Silene de Andrade, de Goiânia-GO.



Estudos realizados por diversos pesquisadores sobre a temática étnico-racial demonstram que, de forma geral, esta não integra os conteúdos considerados fundamentais para a formação dos alunos. A considerar tal realidade decidimos percorrer o caminho inverso, ou seja, encontrar uma escola da Secretaria Municipal de Educação (SME) de Goiânia-GO, que realizasse trabalhos ou projetos que abordassem tal temática. Foi então que a coordenação pedagógica da SME de Goiânia nos indicou a escola pesquisada pelo fato de a mesma constar em seu Projeto Político Pedagógico – PPP um trabalho permanente de formação acerca das relações étnico/raciais no e de gênero.

Quanto aos objetivos específicos, buscamos identificar quais são as barreiras e os desafios a serem enfrentados em relação às questões étnico-raciais e de gênero no currículo da escola; compreender como se constroem as ações de superação de tais desafios; identificar como se dá a aplicabilidade da lei nº 10.639/03 na instituição pesquisada; e, por fim, compreender a contribuição da Educação Física no debate acerca da educação étnico/racial e de gênero na escola. O projeto de pesquisa cadastrado, com o número 30110, foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás no mês de fevereiro de 2013.

A pesquisa passou por quatro grandes momentos seguindo orientações dos estudos de Yin (2001, p.73). O primeiro deles foi o planejamento, investigação e identificação do caso. Este momento incluiu também levantamento bibliográfico e revisão de literatura. Os documentos analisados foram o PPP da escola, no qual constam os planejamentos anuais de todos os professores, a história da escola e os planos de ação de cada disciplina, as Diretrizes Curriculares do Município de Goiânia (2009), o Projeto- Político-Pedagógico do Município (2012) e a Resolução/CME nº 119, de 25 de junho de 2008.

Com o objetivo de desvelar questões incompreendidas nos documentos e obter mais condições para a análise da proposta curricular da escola, a segunda estratégia de coleta dos dados foi à realização de entrevistas com os professores, direção e coordenações da escola. Estas entrevistas foram individuais e semi-estruturadas, de acordo com perguntas previamente formuladas para o protocolo do estudo. Optamos em gravá-las por estarmos convencidos de que a linguagem falada expressa um importante contexto acerca da realidade pesquisada.

Após o esclarecimento sobre o tema, a identificação dos objetivos da pesquisa e o consentimento dos professores, as entrevistas foram realizadas na escola, nos intervalos entre uma aula e outra, nos recreios e nos momentos de planejamento dos professores. Dez



professores foram convidados para contribuir para a pesquisa, porém apenas sete demonstraram interesse e prontidão em contribuir.

Os professores convidados para estas entrevistas foram aqueles que, de alguma forma, trabalharam com a educação étnico-racial e de gênero em suas disciplinas e que registravam tais temas como conteúdo em seus planos de ensino. As entrevistas foram planejadas para atender a três questões norteadoras: 1) como a escola organiza seu currículo para ministrar os conteúdos ligados à questão étnico-racial e de gênero? 2) qual a compreensão dos professores pesquisados sobre a temática deste trabalho? e 3) como ocorre a formação continuada acerca do tema?

1.2 A MULHER NA SOCIEDADE, A EDUCAÇÃO FÍSICA E O CURRÍCULO.

Gomes (2012) faz uma discussão importante para nosso estudo sobre a obrigatoriedade da cultura africana nos nossos currículos. Estamos de acordo com a autora ao perceber que o currículo pode ser uma ferramenta para transformação:

Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciemos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos (GOMES, 2012, p. 102).

Nas últimas décadas temos presenciado avanços na educação brasileira, no tocante à diversidade racial. No ano de 1997, houve a inclusão da Pluralidade Cultural entre os temas transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), além do fortalecimento das ações afirmativas no ensino superior. Em 2003, foi criada a lei nº 10.639, que tem por objetivo incluir a história da África e da cultura afro-brasileira nos currículos oficiais das escolas brasileiras. O documento determina que a história da África seja tratada numa perspectiva qualitativa, não apenas privilegiando as denúncias da miséria que atinge o continente, mas valorizando as artes, a musicalidade, a religiosidade e outras expressões culturais da população africana. Porém, não cabe ao currículo somente, mas a todos os envolvidos no processo educacional, como explica Gomes (2011, p. 117):

Isso significa ir além da adoção de programas e projetos específicos voltados para a diversidade étnico-racial realizados de forma aleatória e descontínua. Implica a inserção da questão racial nas metas educacionais do país, no Plano Nacional da Educação, nos



planos estaduais e municipais, na gestão da escola e nas práticas pedagógicas e curriculares de forma mais contundente.

A pesquisa realizada pela Secretaria de Políticas para Mulheres, do Governo Federal, em parceria com o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para Mulheres, comparou os períodos de 1993 a 2006, e se tornou o primeiro estudo que traçou um perfil das desigualdades no Brasil através do recorte de raça e gênero. Outra pesquisa, também inédita, o Primeiro Anuário sobre a Mulher Brasileira (2011) realizada pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) em parceria com o DIEESE. Estas pesquisas apresentam um perfil das mulheres brasileiras principalmente das mulheres negras, em relação às suas condições de vida e os resultados são preocupantes.

Os valores da sociedade capitalista se expressam em todos os ambientes sociais e sujeitos que constroem a mesma. A partir desse pressuposto, é possível afirmar que a Educação Física contribuiu historicamente, conforme veremos a seguir, para legitimação do sistema socioeconômico atual.

O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

No Brasil, até o início do século XIX, a participação das mulheres em práticas esportivas ainda era restrita, pois eram proibidas de frequentarem certos ambientes sociais como, por exemplo, clubes de práticas esportivas, estando o seu lugar no seio da família. Neste período circulava ideias de riscos e prejuízos que as práticas de atividade física poderiam causar às mulheres, assim como a masculinização do corpo (GOELLNER, 2005).

Porém, a partir das intervenções higienistas proporcionadas pela área médica e pelos militares no ensino e nas famílias brasileiras, uma proposta de embranquecimento e fortalecimento da raça surge como uma “libertação” para que as mulheres pudessem cuidar de seus corpos, mas ainda com o objetivo de gerar filhos “fortes, brancos e saudáveis” e cumprir seu papel na construção de uma sociedade hegemônica (GOELLNER 2005).

Pesquisas recentes revelam também como o preconceito racial ainda se apresenta nos dias atuais nas aulas de Educação Física. Santos (2007) em sua dissertação de mestrado identificou que em situações de atividades coletivas ou de grupos há um escamoteamento temporário da hierarquização racial, pois basta uma jogada errada ou uma derrota que as práticas de preconceito e discriminação vêm logo à tona. Porém, o autor identificou que para



os estudantes pesquisados, as aulas Educação Física constituem um espaço de identificação positiva através dos atletas com destaques na mídia e o interesse pelos elementos da cultura corporal que compõem a história e a cultura negra (SANTOS, 2007, p.143).

Santos e Molina (2011) também realizaram estudo sobre a constituição das relações raciais com/entre estudantes negros e suas manifestações na cultura estudantil e nas aulas de Educação Física. Os referidos autores identificaram na cultura estudantil que os alunos estão em busca de prestígio e posições de reconhecimento e a área da Educação Física se apresenta como um campo de identidade e representações positivas quanto aos esportes, músicas e danças encontrando assim nesse momento, um espaço de prestígio social tanto negado aos estudantes negros. Porém Santos e Molina (2011 p.18) ressaltam que:

(...) nos sistemas de significados que dão sentido às ações desses estudantes na escola, o negro encontra alguns espaços de prestígio social, visto que os esportes, as danças, as roupas e os acessórios são fundamentais para esse grupo social. Os estudantes negros, em especial os mais jovens, dificilmente percebem como negativo o fato de não se verem representados em posições sociais, por exemplo, advogados, jornalistas e escritores, entre outros, porque essas posições gozam de menos prestígio entre os estudantes, em relação a jogadores de futebol e atletas em geral, cantores e dançarinos (as).

A Educação Física pode contribuir com as temáticas de gênero e diversidade racial uma vez que esta disciplina tem como fonte de estudo a cultura corporal produzida ao longo da evolução humana. Dando aos conteúdos um tratamento de sentidos/significados¹ é possível articular sua prática pedagógica com os temas desta pesquisa e com outros temas que revelam intencionalidades/objetivos² do homem para a sociedade.

O CURRÍCULO: ALTERNATIVA DE INTERVENÇÃO

Para a área da educação, o currículo se apresenta como uma das principais formas de se perceber os objetivos educacionais do Estado, bem como, identificar o tipo de sujeito a ser formado a partir das seleções de conteúdos e disciplinas presentes nas propostas curriculares. Pensando nisso, analisaremos a seguir os limites e possibilidades de nossas propostas curriculares no que diz respeito às categorias etnia/raça e gênero.

¹ Expressões encontradas na obra Coletivo de Autores (1994 p.42) para explicar a relação dos conteúdos com a sociedade.

² Idem



Dentre os paradigmas apresentados por Moreira (1990 p.28), o que dá lugar para a discussão da consolidação de movimentos de resistência referentes aos temas de etnia/raça e de gênero é o paradigma dinâmico-dialógico, tendo como forte influência americana na atualidade os estudos de Michel Apple e Peter McLaren. Estes autores ressaltam a importância da ação humana na produção e reprodução de significados e práticas culturais, destacam a importância dos atores sociais no processo de reprodução e resistência, o papel do Estado na legitimação do capitalismo e os currículos produzidos a partir das relações de poder, conflito e alianças.

É na virada dos anos 1990 que as discussões de gênero, etnia/raça e os demais discursos das minorias começam a ganhar destaque com o multiculturalismo crítico, ocorrendo as “ênfases de estudos que se vinculam as temáticas de discursos, nexos saber-poder e disciplinaridade para compreender como o poder perpassa o currículo e os saberes escolares” (RODRIGUES, 2011 p. 88).

O currículo da Educação Física não é diferente em relação às tensões e disputas políticas, a partir do movimento de renovação da década de 1980. Tomando os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s, como ponto de partida, no capítulo intitulado *Orientações Didáticas*, há um subitem de nome *Diferenças entre meninos e meninas*. O mesmo resalta as diferenças existentes entre os dois gêneros, marcadas e determinadas pela cultura e sociedade. Reconhecidas as diferenças, o mesmo documento expõe que a Educação Física, por exemplo, deve oferecer as mesmas oportunidades de vivência motora entre meninos e meninas, haja vista que tradicionalmente as experiências por toda a vida já foram marcadas por algumas atividades em detrimento às outras.

Quanto à área específica da Educação Física, Rodrigues (2002) realizou um estudo sobre a Gênese e Sentidos dos PCN’s e seus Desdobramentos para a Educação Física Escolar Brasileira, no qual identificou que a formação e construção deste documento se deu a partir de interesses e exigências político - econômico no processo de globalização e implementação das políticas educacionais neoliberais daquele período.

Nesse contexto a autora identificou várias contradições que a mesma chama de metamorfose de conceitos que servem como um discurso utilitário com o objetivo de mascarar de fato os verdadeiros objetivos para a Educação Física no Brasil. Dentre os conceitos que se “transformam” estão aqueles que tanto reivindicamos quando o assunto é respeito às diversidades: princípio da inclusão, cidadania, democracia e cultura corporal.

Entretanto, as bases conceituais de realidade social, educação, escola, cidadania e educação física, ao serem vinculadas ao discurso da integração e formação para o convívio social, continuam presas a velhos interesses ideológicos, travestidos, porém, de uma nova roupagem para as novas necessidades de adaptação ao perfil atual de cidadania neoliberal e às novas exigências do capital para a formação do trabalhador: autonomia, múltiplas habilidades, policognição, polivalência, formação abstrata, capacidades e competências ligadas a flexibilidade, participação, trabalho em equipe e competitividade. (RODRIGUES, 2002, p.143)

A partir dessa compreensão de que o currículo é um campo de disputa de poder onde se expressam as intenções de formação de cidadãos como também os objetivos da sociedade decidimos então investigar o currículo da Escola Municipal de Tempo Integral Professora Silene de Andrade, com o objetivo de identificar e compreender os desafios e as ações de superação em relação às barreiras étnico/raciais e de gênero no currículo.

2. O CURRÍCULO A ESCOLA MUNICIPAL SILENE DE ANDRADE EM AÇÃO E AS DIRETRIZES CURRICULARES DA SME/GOIÂNIA

É possível afirmar que o currículo na escola em questão se traduz em movimento, história e expressão de vida à luz das Leis de Diretrizes de Bases – Lei Federal nº 9394/96 – (BRASIL, 2003), e ainda afirma a necessidade de oportunizar a todos os alunos do Ensino Fundamental e do EAJA (Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos), um currículo mínimo indispensável para o desenvolvimento integral do aluno e sua inserção social como sujeito participante.

Sobre as diversidades, encontramos no Projeto Político Pedagógico (PPP) temas que contemplam a história da cultura afro-brasileira, conforme a Lei 10.639 de 09/01/2003, como também temas relacionados com a proteção de crianças e jovens contra crimes sexuais, conforme a Lei nº 12.015 de 2009, e o decreto nacional nº 6571 de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica na Modalidade Educacional Especial.

O currículo da escola do Ensino Fundamental é orientado pelo trabalho educacional organizado por ciclo de formação do desenvolvimento humano e pela Educação de Adolescentes, Jovens e adultos (EAJA) sendo que Ciclo I é infância; ciclo II é pré-adolescência e ciclo III é adolescência, compreendendo o campo do currículo como um



projeto, uma “trajetória, cujo processo de construção e desenvolvimento é interativo, implica interdependência entre o que é estabelecido no plano normativo e o que se desenvolve no contexto escolar” (GOIÂNIA, 2008 p. 39).

A resolução – CME n° 119, de 25 de junho de 2008 teve como referência os estudos de Vygotsk (2001, 2002, 2003), Leontiev (1995), Walon (1985) e Luria (1992) para a elaboração desta proposta que se propõe respeitar as fases e o nível de desenvolvimento do aluno, considerando os aspectos sociais, biológicos e culturais objetivando a formação humana. Em outro documento elaborado pela Secretaria Municipal de Ensino, Proposta Política Pedagógica para a Educação Fundamental da Infância e da Adolescência (GOIÂNIA, 2012) pudemos verificar que o respeito deve ocorrer não só no nível de aprendizagem, mas também no de conhecimentos prévios e da prática social de alunos e alunas.

Respeito à cultura do educando, compreensão de que todos podem aprender desde que sejam respeitadas suas especificidades, atenção aos tempos e ritmos diferenciados de aprender, são referenciais que norteiam à proposta e organização da escola em ciclos reconhecendo à diversidade sócio-histórico-cultural existente, as diferenças, as inúmeras formas de ensinar e aprender, o universo da infância, pré- adolescência e adolescência (GOIANIA, 2012, p. 17).

O reconhecimento das diversidades sócio-histórico-culturais está contemplado nas Diretrizes Curriculares da SME de Goiânia e no PPP da rede municipal de ensino, embora esta temática seja apresentada de forma muito genérica. Consideramos que a diversidade deve ser tratada por ações pedagógicas mais específicas, pois temos clareza que, independente do nível de aprendizagem do aluno ou aluna, os mesmos carregam consigo históricos de práticas racistas, homofóbicas, sexistas e de preconceito de classe, que interferem diretamente no processo de ensino e aprendizagem.

Quanto às diretrizes curriculares municipais para Educação Física, percebemos que a orientação é trabalhar a disciplina a partir da perspectiva da cultura corporal constituída historicamente pela humanidade, tendo como metodologia a pedagogia crítica por meio da ação-reflexão-ação. Sendo assim:

O ponto de partida das mediações pedagógicas deve ser os saberes da cultura corporal constituídos historicamente pela educação física escolar, referenciados nas ginásticas, nos jogos e brincadeiras, nos esportes, nas danças e linguagens corporais expressivas, nas lutas e na exploração de movimento que conferem identidade a educação



física e aos demais saberes que inter-relacionam educação, cultura, saúde, lazer, trabalho produtivo e a estética corporal (GOIANIA, 2008, pag.48).

Tivemos acesso aos planejamentos anuais das disciplinas, dos quais destacamos alguns que tratam da diversidade racial, história da África e a relação da mulher no mundo do trabalho. Dentre elas encontra-se a disciplina de Língua Portuguesa do ensino em tempo integral. A disciplina propõe fazer a leitura de leis e demais textos oficiais referentes à questão racial e afirmando que a disciplina integra as outras áreas do conhecimento com os temas transversais, porém não pudemos perceber como acontece esse trabalho com estes temas. Os documentos citados são a lei Áurea que fala sobre a libertação dos escravos e a lei do Ventre Livre que libertava filhos de negros escravizados a partir de setembro de 1871.

A disciplina de História, tanto nos planos do turno integral quanto do EAJA, desenvolvem trabalhos com os objetivos de conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo as diferenças, continuidades e descontinuidades, conflitos e contradições sociais. Desenvolve o patrimônio sociocultural e o respeito às diferenças entre as pessoas, os grupos e povos, considerando-os como elementos importantes da vida democrática. Ressalta-se o trabalho com a história de Mali e do Reino do Congo, evidenciando a importância das fontes antes e depois da chegada do povo europeu.

A disciplina de Geografia contempla aspectos da cultura negra, o estudo das populações com enfoque em raça, cor e etnias; o trabalho de consciência de raça e cor, características da população brasileira; o estudo do continente africano nos aspectos geográficos, climáticos e econômicos e, por fim, o preconceito e as manifestações étnicas raciais.

No planejamento anual da disciplina de Educação Artística do EAJA, encontramos uma realidade valorosa para nossa pesquisa, pois os conteúdos e objetivos incentivam a reflexão crítica dos papéis sociais de homens e mulheres e apresentam possibilidades de transformação da sociedade a partir dos meios de produção. Quanto às ações relacionadas a gênero e diversidade, a professora propõe a leitura de textos que registrem a situação do trabalho feminino bem como utiliza relatos de alunas trabalhadoras para subsidiar as discussões, cria bonecos diferentes que trazem as diversas características físicas e culturais do



povo brasileiro, por meio de colagem, desenhos e utiliza também o Hip-hop como elemento da cultura negra para as discussões sobre diversidade nas aulas.

A perspectiva de Educação Física do turno integral que encontramos nos documentos analisados é voltada para o trabalho de projetos como treinamento esportivo do futsal e aulas de dança, que trabalham com conceitos de movimento humano e de vídeo dança. Sendo assim, a disciplina objetiva organizar sistematicamente as ações investigativas acerca do corpo, dos movimentos, jogos, brincadeiras, dança, esporte, lutas, saúde na adolescência; da nova estética e valores presentes no corpo, bem como da linguagem corporal na escola e no meio sociocultural.

Porém, identificamos que os conteúdos sobre as relações raciais e de gênero não são mais trabalhados na disciplina de Educação Física, como no ano de 2010 quando o PPP versava sobre africanidades, já que a mesma pode ter grande contribuição para o debate das relações raciais e de gênero, pois, considerando o corpo como elemento estruturante da prática pedagógica na Educação Física, é nele que se apresentam as características identitárias, tanto no aspectos biológico quanto do gênero.

Avaliamos que a Educação Física, fundamentada em teorias críticas, é capaz de elevar o nível de consciência dos alunos para os problemas sociais e para as práticas discriminatórias que cercam o corpo e suas representações, porém, para que isto ocorra e necessário que os conteúdos sejam trabalhados em uma perspectiva dialética a partir do “ princípio da simultaneidade, explicitando a relação que mantêm entre si para desenvolver a compreensão de que são dados da realidade que não podem ser pensados nem explicados isoladamente” (COLETIVO DE AUTORES, 1994, p. 21).

Percebendo que a organização dos conteúdos deve partir de uma reflexão curricular ampliada, estamos de acordo com o Coletivo de Autores (2004, p. 17) quando diz que:

O currículo capaz de dar conta de uma reflexão pedagógica ampliada e comprometida com os interesses das camadas populares tem como eixo a constatação, a interpretação, a compreensão e a explicação da realidade social complexa e contraditória. Isso vai exigir uma organização curricular em outros moldes, de forma a desenvolver uma outra lógica sobre a realidade, a lógica dialética, com a qual o aluno seja capaz de fazer uma outra leitura.

O currículo da escola e da Educação Física deve atender aos anseios da comunidade e do conhecimento popular como ponto de partida para não somente trazer sentido ao ensino,



como também para os alunos terem condições de, com os conteúdos apreendidos, poder colaborar de forma transformadora com o desenvolvimento e a prosperidade de sua comunidade.

3. A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES ACERCA DA TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL E DE GÊNERO

Sobre as orientações curriculares referentes à diversidade racial, dos sete professores entrevistados, quatro (4) fizeram referência à lei 10639/03 e ao PPP da escola, dois (2) aos PCNs e uma (1) disse não utilizar nenhuma orientação curricular. Nas respostas os professores sugeriram também material de apoio pedagógico como os livros literários da biblioteca e pesquisas socializadas entre os mesmos.

Estas respostas nos remetem a duas discussões principais para que haja a implementação Lei nº 10.639/03 de forma qualitativa: o fácil acesso ao material didático pedagógico e a questão estrutural da formação do currículo. A própria lei não pode ser considerada como o fim de uma orientação curricular quando a mesma trata da questão legislativa a ser implementada, não apresentando uma orientação curricular que envolva conteúdos e questões teóricas e metodológicas do ensino do tema de diversidade étnico/racial.

A formação do/a professor/a deve, portanto, contemplar as temáticas étnico/racial e de gênero. Pela ausência destes conteúdos nos cursos de graduação, por muito tempo, o trabalho com os temas de racismo e violência contra a mulher, principalmente o conteúdo étnico-racial, ficava a critério do professor conforme a sua formação acadêmica ou interesses diversos. Esse caráter optativo tem mudado nos últimos 10 anos. Os movimentos de resistência aos padrões de controle curricular tiveram algumas conquistas.

Todos os/as professores/as entrevistados relataram que o preconceito racial está presente no cotidiano escolar, porém o que muda são as formas de intervenções perante essa situação. Enquanto a coordenadora pedagógica apresenta avanço sobre o conceito de educação étnico/racial na escola, elevando o debate enfatizando a busca pela identidade e reconhecimento das origens, as professoras de Artes e de Língua Portuguesa também se destacam quando trabalham com o conteúdo sobre raça ressaltando respeito às diferenças. Os demais professores entrevistados apresentaram dificuldades em formular uma resposta, porém avaliamos que realmente ainda existe uma diferença em trabalhar o conteúdo e o enfoque que esse conteúdo é trabalhado.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos o PPP da escola, verificamos que os Planos de Ensino e Planos de Ações contemplam a questão racial nos conteúdos das disciplinas de Língua Portuguesa, História, Geografia e Artes. Ressalta-se que estes conteúdos não estão presentes somente em apontamentos, citações de momentos históricos e em datas comemorativas. Tais conhecimentos compõem o currículo da escola com a finalidade de valorizar a história e a cultura africana. Esse processo se dá por meio da valorização das diferentes formas de resistência de pessoas de origem negra, escravizadas, das leituras de leis abolicionistas, de análises críticas do processo de colonização da África, do estudo histórico dos africanos e seus descendentes na história material e imaterial do Brasil.

Já sobre a questão de gênero, identificamos no PPP que apenas a professora de Educação Artística do noturno trabalhava, na forma de conteúdos, a questão da mulher. Mesmo sendo apenas uma professora a identificar a importância deste debate avaliamos positivamente a forma que a mesma aborda o tema. Destaca-se que um dos objetivos de sua prática pedagógica é levar os alunos a refletirem sobre o mundo do trabalho, identificar os papéis sociais de homens e mulheres, além de realizar trabalhos que abordam as memórias femininas através de cantigas e versos.

Quanto à análise dos documentos emitidos pela SME: Diretrizes Curriculares do Município de Goiânia (2009), Projeto Político Pedagógico do Município (2012) e a resolução – CME nº 119, de 25 de junho de 2008, encontramos o reconhecimento das diversidades culturais e diferenças existenciais nos quais entende-se o/a aluno/a a partir de suas fases de desenvolvimento, considerando os aspectos sociais, biológicos e culturais objetivando a formação humana. Contudo, verificamos que estas discussões ainda são superficiais. Não foram encontradas ações pedagógicas no combate ao preconceito racial e de gênero. Mesmo que a SME oriente a implementação da Lei nº 10.639/03, e reconheça a importância dos PCNs, em que o debate de gênero é um dos temas transversais, é necessário que, na orientação curricular elaborada pela SME, também haja compromisso político e social com os problemas que afetam a vida desses alunos e alunas.

Apesar do avanço curricular e pedagógico da escola percebemos alguns pontos de tensões, o primeiro deles foi a dificuldade de compreensão do conceito de educação étnico/racial e sua importância como conteúdo. Outro impasse que percebemos gravitou em



torno da formação continuada, a sua ausência não está relacionada somente à falta de interesse, mas às condições oferecidas pela SME em realizar esta formação. É necessário que haja incentivo financeiro, saídas organizadas de forma a não prejudicar nem financeiramente, nem pedagogicamente a escola e o/a professor/a, ou até mesmo levar à escola oficinas, minicursos, nos horários de funcionamento normal.

As categorias teóricas que encontramos no decorrer da pesquisa, em alguns momentos, se confundem com categorias da prática social nos argumentos dos/as professores/as, com a realidade que encontramos. Ou seja, as teorias étnico/raciais que se apresentaram em um dado momento da história brasileira para camuflar as desigualdades, se apresentaram na escola como intervenção para explicar os conflitos referentes ao racismo entre os alunos e alunas. Estas categorias são: miscigenação racial, igualdade racial e mito da democracia racial. Outras categorias que também se apresentam, ora no discurso, ora na prática, estão relacionadas com a motivação da elaboração desta pesquisa que são a presença e o reconhecimento do racismo e do machismo na escola. De forma mais resumida, as categorias da prática que encontramos são: silenciamento do gênero, estética / empoderamento, racismo, machismo.

A escola, juntamente com o grupo gestor e professores, tem desempenhado um importante papel na implementação da lei nº 10.639/03. Apesar da notável insegurança no trato pedagógico com os temas de educação étnico/racial e de gênero consideramos que a instituição está realizando um papel fundamental na desconstrução de preconceitos raciais, na formação da identidade e desvelamento da cultura africana como componente curricular e de formação do povo brasileiro. Porém, mesmo com esse trabalho que tem o apoio e a orientação da coordenação pedagógica, notamos que a área da Educação Física ainda está distante desse debate.

Nas entrevistas, notamos que os/as professores/ras da área da Educação Física fazem o diálogo sobre machismo, preconceito racial com os alunos, quando ocorre alguma situação nas aulas, e consideramos uma atitude extremamente avançada e louvável, mas não identificamos, através do currículo da escola e da orientação curricular da SME, iniciativas na forma de conteúdos e ações que trabalhassem diretamente com os temas da pesquisa, envolvendo a área de Educação Física. Os caminhos que percorremos nesta pesquisa nos levaram a fazer outros questionamentos, sobre o quanto é fundamental a formação para o trabalho com estes temas, sobre as dificuldades que a escola enfrenta em travar este debate de



forma esclarecedora e desmistificada e o que leva os professores a se interessarem por estes temas que ainda são carregados de desigualdades e preconceito.

ETHNIC-RACIAL AND GENDER RELATIONS IN SCHOOL' CURRICULUM

ABSTRACT

This study examines ethnic-racial and gender relations at sport education on school. In a case study of a school in Goiânia-GO, we found that, Although there are no formal guidelines on the subject, some specific initiatives that work the racial and gender issues with students were checked.

KEYWORDS: *Education Ethnic and racial ; Gender ; Physical Education*

LAS RELACIONES ÉTNICAS - RAZA Y EL GÉNERO EN LOS PROGRAMAS ESCOLARES

RESUMEM

Este estudio examina las relaciones étnico-raciales y de género en la escuela de la Educación Física . Un estudio de caso de una escuela en Goiânia - GO , se encontró que , bien no existen directrices oficiales sobre el tema, algunas iniciativas específicas que analizan las cuestiones raciales y de género con los estudiantes fueron revisados .

PALAVRAS CLAVES: *Educación Étnico-Racial; Género; Educación Física.*

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2003/10639.htm>>. Acesso em 24 abr. 2014.

_____. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: educação física. Brasília: MEC, 1998.

DIEESE. Anuário das mulheres brasileiras. São Paulo: DIEESE, 2011. GOIÂNIA. Secretaria Municipal de Educação. Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal. Goiânia: SME, 2012.

GOIÂNIA. Secretaria Municipal de Educação. Diretrizes curriculares para a Educação Fundamental da Infância e da Adolescência: ciclos de formação e desenvolvimento humano. Goiânia: SME, 2009.

GOMES. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Recife, v. 27, n. 1, p. 109-121, jan./abr., 2011.



_____. Relações étnico-raciais, educação e a descolonização dos Currículos. *Currículo sem Fronteiras*, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr., 2012.

GOELLNER, S. V.. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. *Revista Pensar a Prática*, v.8, n.1, jan./jun. 2005a.

IPEA. Retrato das desigualdades de gênero e raça: análise preliminar dos dados. 3. ed. Brasília, 2008.

NETO, V. M.; SANTOS, V. M. Aprendendo a ser Negro: A perspectiva dos estudantes. *Cadeno de pesquisa Vv. 41 n. 143 n. 143 Maio/ Agosto-2011* MOREIRA, A. F. B. Currículo e programas no Brasil. Campinas: Papirus, 1990.

RODRIGUES, A. T. *Currículo e Práticas Escolares*. Licenciatura em Educação Física v.2 BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de nível Superior. Universidade Federal de Goiás. Licenciatura em Educação Física – UFG/FEF/CIAR, FUNAPE, 2010.

SOARES, C. L. et al. *Metodologia do Ensino de Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992

SANTOS, M. O Estudante negro na cultura estudantil e na educação física escolar. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, UFRGS, Porto Alegre.

Yin, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre : Bookman, 2001.